SER DE DIREITA E DE ESQUERDA HOJE: A POLÍTICA PELO OLHAR DE UNIVERSITÁRIOS RECÉM-INGRESSOS*

DOI 10.18224/frag.v29i3.7837

STÉPHANIE CHICONELI TABATA**
ANTÔNIO EUZÉBIOS FILHO***

Resumo: *esta é uma pesquisa qualitativa realizada com jovens universitários, e investiga o que pensam sobre política e o que entendiam por esquerda e direita – quais seriam as instituições e/ou movimentos que caracterizariam os campos políticos, ou simplesmente se há antagonismo. Utilizamos os conceitos de política e consciência de classe em Marx para analisar as informações obtidas. Da intepretação teórica, temos que as noções de direita e esquerda indicaram, de forma geral, princípios balizadores de certas subjetividades políticas. Mesmo em um cenário de crise de representatividade, especialmente observado entre jovens, os referenciais de esquerda e direita permanecem com fronteiras claras entre eles. A oposição entre esquerda e direita se manifestou pela rivalização de determinados partidos e movimentos sociais: MBLxMTST, PTxPSDB/PSL. Concluímos que, para este público específico, esquerda e direita apareceram como campos em oposição no debate político nacional, mas as caracterizações destes campos não recorrem, necessariamente, a noções como classe social.*

Palavras-chave: J*ovens. Poítica. Consciência. Ideologia.*

Como membros de uma sociedade, os jovens também possuem compromissos com os rumos que ela vai tomar. Por vezes pretende-se lançar sobre os ombros da juventude a responsabilidade de mudança social, uma vez que, como se espera, serão os próximos a assumirem o papel de liderança política. A expectativa em relação à participação política do jovem existe, historicamente, pelo papel que o movimento estu-

* Recebido em: 04.11.2019. Aprovado em: 01.12.2019.

** Estudante de Graduação da Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia. *E-mail*: stetabata@usp.br..

*** Psicólogo formado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2005). Mestrado (2007) e Doutorado (2010) pelo programa de pós-graduação em Psicologia da PUC-Campinas. Professor assistente doutor do Instituto de Psicologia da USP, departamento de Psicologia Social e do Trabalho. *E-mail*: aeuzebios@hotmail.com.

dantil, por exemplo, cumpriu ao longo dos anos no país. E essa expectativa parece ter sido reativada após as manifestações de junho de 2013 (ROMÃO, 2013), que contou com o protagonismo de diferentes setores da juventude.

Ocorre que o jovem não é naturalmente um agente político transformador, podendo também combinar elementos de transgressão com determinadas ideias conservadoras, ou ser predominantemente conservador, entre tantas variáveis possíveis retratadas pelos movimentos contraditórios da consciência política.

Nosso objeto de estudo é sobre como o olhar de jovens sobre a política se constitui. Muito comum historicamente que a política seja interpretada por disputas ou pela polarização (ou conciliação) entre ser de direita e ser de esquerda nos dias atuais. Mas seria este um modo de interpretação ultrapassado? Em um cenário de crise de representatividade, muito se vem dizendo que esta oposição já não existe...

Direita e esquerda devem ser compreendidos separadamente, de maneira rígida? A ideia de entender a política pela separação entre esquerda e direita é válida até que ponto? E se é válida, como poderíamos caracterizar esses dois polos distintos na atualidade? Essas questões foram apresentadas para os jovens graduandos de uma universidade pública do estado de São Paulo no contexto de coleta de dados para uma pesquisa de iniciação científica.

A fundamentação teórica desse trabalho está desenhada em três eixos: (1) conceito de política tomando como referencial o materialismo histórico-dialético; (2) conceitos de conscientização e ideologia como parâmetros teóricos definidores do que é ser de direita e esquerda; (3) a esquerda e a direita nos dias de hoje em um cenário de crise de representatividade política.

Pois bem, começamos pelo conceito de política em Marx, que por sua vez remete ao caráter de classe do Estado burguês cuja tarefa é perpetuar o poder de dominação do capital sobre o trabalho. Em seguida, abordaremos os conceitos de conscientização e ideologia, apresentando alguns elementos teóricos fundamentais para a compreensão do que pode ser considerado, de acordo com a literatura, ser de direita e de esquerda e, por fim, os distintos posicionamentos políticos dado o cenário atual.

CONCEITO DE POLÍTICA NO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

Primeiramente, vamos aprofundar o conceito de política em Marx, que nos possibilita entendê-lo a partir das diversas articulações a respeito de suas concepções sobre sociedade, emancipação política e humana, Estado e lutas de classes (BERTOLDO; SILVA, 2011).

Para Marx, o Estado representa os interesses sociais e econômicos particulares de uma classe impostos, ideologicamente, como universais. Estes interesses particulares residem nas relações decorrentes da propriedade privada inscrita na sociedade de classe.

É neste cenário que se faz a disputa pelo poder, a disputa política nos marcos da estrutura de um determinado modo de sociabilidade: o capitalismo. Em Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social" de um Prussiano (MARX, 1844/1995), Marx esclarece que política não pode fugir, em uma sociedade de classe, ao campo da luta de classes. Para o filósofo alemão, os trabalhadores devem tomar parte do processo político para colocar em prática um projeto de poder da classe como classe, com a finalidade de fazer uso da própria política para fins sociais (o que ele denominará de consciência de classe para si). Eis então que é possível compreender a política como tendo uma conotação negativa e positiva.

Negativa no sentido dos malefícios que ela provoca, uma vez que as desigualdades sociais, por exemplo, resultam de disputas pelo poder no campo da política. A política ganha um sentido positivo quando ela equaliza os direitos sociais, minimiza ou abole as desigualdades, a exploração e opressão.

Esses dois modos de fazer política apontada por Marx, negativa e positiva, embora sempre exerçam a função de mediar conflitos de classe, podem muito bem conviver entre si. Porém, ainda que muitas vezes na história possa haver aproximações entre os campos da direita e da esquerda, eles podem ser caracterizados como aquilo que Bobbio (1995) denominou: esquerda pressupondo ideias de justiça social, compreendida como dever do Estado e da sociedade. A direita, por sua vez, prima pela liberdade individual, mesmo que isto implique na desigualdade social. Esta liberdade, sabemos, está ancorada na primazia da propriedade privada e no modo de vida burguês, e a direita também. O termo esquerda será empregado em dois sentidos: de forma ampla, que é aquela que, segundo CARVALHO (2016) e Ricci (2009), foi legitimado pelo uso desde a revolução francesa e remete a todos os setores da sociedade que lutam por justiça e igualdade social, dentro e fora do parlamento. Em um segundo sentido, referimo-nos a esquerda socialista, que, por sua vez, é aquela que engloba o que Tonet (2005) denomina de esquerda democrática e revolucionária. As duas falam abertamente em socialismo, mas a diferença é que a primeira propõe chegar lá por meio de reformas graduais, por dentro do Estado, e a segunda propõe a ruptura revolucionária como saída para a tomada do poder dos trabalhadores. É importante salientar que houve uma reconfiguração das posições de esquerda após a queda do muro de Berlim, como aponta CARVALHO (2016), que se caracteriza pelo enfraquecimento da perspectiva revolucionária e fortalecimento da perspectiva reformista ou simplesmente de pautas específicas (etnia e meio ambiente, por exemplo), que nem sempre se mostram associadas à tomada do poder da classe. Direita, por sua vez, também é um termo legitimado desde a revolução francesa (CARVALHO, 2016; RICCI, 2009) e será empregado ao longo do texto a partir da caracterização de Bobbio (1995).

Direita e esquerda, portanto, são analisados como dois polos distintos, mas nem sempre antagônicos. A ideia de positividade está posta no sentido de transformação da ordem para algum ideal de libertação. A noção de negatividade se apresenta como correspondente ao ideal de conservação da ordem e controle social. A direita, por exemplo, tem suas fragmentações e diferenças - que, para CARVALHO (2016), variam do liberalismo econômico ao liberalismo conservador. Porém, no caso da direita é válido reconhecer que estas diferenças são táticas, não de princípios. Ainda assim, não daremos conta de entrar nestes detalhes, assim como não teremos tempo de analisar como a direita e a esquerda assumiram diferentes formas práticas ao longo da história e que também dão vida às chamadas posições de centro. Queremos apenas, neste momento, situar o leitor acerca do que denominamos por esquerda e direita a partir de agora.

IDEOLOGIA E CONSCIENTIZAÇÃO

Podemos entender que ser de esquerda e de direita, nesses termos, corresponde a duas ideologias distintas, isto é, dois caminhos para empregar princípios ético-políticos no cotidiano, representar e explicar os processos sociais que envolvem disputas de poder político e econômico. A ideologia da direita caminha, segundo Bobbio (1995) para a conservação da ordem social e econômica. Por outro lado, ser de esquerda pressupõe alguma afinidade com as

questões dos direitos humanos e justiça social. De todo modo, para Bobbio (1995) esquerda e direita correspondem a um conjunto de características de comportamento, valores morais e práticas sociais.

A adesão a ideias de esquerda e de direita pressupõe uma compreensão dialética do processo de conscientização, que se movimenta entre a contestação e o consentimento da ordem (IASI, 2006).

O consentimento da ordem representa um processo - nunca absoluto, mas predominante – de naturalização dos processos históricos que promovem a dominação política. É o que podemos denominar de ideologia dominante, uma vez que voltada para conservação do poder da classe dominante. Por outro lado, o processo de contestação da ordem, para Martín-Baró (1996), é denominado de conscientização - uma noção resgatada de Paulo Freire, entendida como um processo que não se limita ao âmbito individual de cada ser humano, mas é o resultado de uma relação dialógica desse indivíduo com a objetividade de determinada sociedade, sendo, portanto, o efeito produzido por esta na subjetividade individual. Ou seja, é uma produção de ordem coletiva que dialoga com a subjetividade e como o indivíduo se implica em determinada ordem social. Devido a essa dialogicidade, não podemos afirmar que a sociedade se trata da soma de indivíduos.

O processo de conscientização para Paulo Freire (1987/1970) corresponde a decodificação da ordem social estabelecida. Consciência que não seria resultado apenas do conhecimento da técnica, mas que permita potencializar os sujeitos com o conhecimento desta técnica na práxis, implicando em reflexão e ação sobre o mundo.

Temos, então, enquanto aspecto do processo de conscientização a possibilidade de que cada indivíduo perceba um novo saber sobre si e sobre sua identidade social, e que leva à criticidade da realidade circundante possibilitando uma nova práxis no mundo e uma mudança na sua relação com o meio e com as outras pessoas (MARTÍN-BARÓ, 1996). Isso conflui com o que Paulo Freire já dizia a respeito da consciência enquanto a atividade de ação transformadora no e do mundo, a partir da leitura de sua própria história.

Nestes termos, deve ser assinalado de antemão que a conscientização não corresponde a um conhecimento absoluto sobre as contradições sociais e econômicas e não é uma ideologia que permeia a consciência do sujeito da esquerda como um todo. A consciência é um processo em movimento que também é contraditório – em uma consciência política é possível o convívio de aspectos conservadores e emancipatórios (IASI, 2006).

Ainda mais, é necessário lembrar que os movimentos da consciência de classe não se prendem à origem de classe e aos aspectos objetivos da realidade econômica. Por outro lado, a consciência de classe não existe sem os aspectos universais (econômicos) da classe. De todo modo, a origem social não é o bastante para um indivíduo ou grupo se constituírem mais à direita ou à esquerda da sociedade.

ESQUERDA E DIREITA NA ATUALIDADE

Por último, propomos uma breve revisão bibliográfica sobre o comportamento eleitoral e político da juventude brasileira para levantar algumas hipóteses sobre a consciência política dos jovens e sobre o que entendem por direita e esquerda em um cenário de crise de representatividade (FLORENTINO, 2008; MESSENBERG, 2015; TELLES, 2010), especialmente após as manifestações de junho de 2013 (ROMÃO, 2013). Todavia, mesmo nesse

cenário, as ideologias de direita e esquerda parecem conviver com mais ou menos força, estando presente nos campos de disputas de poder da sociedade.

Como coloca Florentino (2008) em seu estudo acerca da juventude brasiliense e sua relação com a política institucional, apesar de haver rejeição por parte da juventude frente aos políticos profissionais e as instituições que ocupam, existe uma visão crítica a respeito dos limites da política institucional por parte destes jovens. Como aponta Messenberg (2015), há poucas pesquisas relacionadas à motivação dos indivíduos nas sociedades contemporâneas para a participação política, fato que recebeu mais olhares por cientistas políticos brasileiros e estrangeiros após as Jornadas de Junho no Brasil.

É por meio dos processos sociais que se compreende o mundo, e nesse sentido, as manifestações de Junho marcam uma profunda desconfiança e descontentamento com as instituições democráticas, ou seja, com o sistema político-institucional da democracia representativa (MESSENBERG, 2015; EUZÉBIOS FILHO, 2018). Isso se reflete também no sistema partidário como sendo aquele que possui uma parcela substancial do que seria uma democracia inoperante, formal e burocratizada (EUZÉBIOS FILHO, 2018). Nessa perspectiva, a classe política teria rompido com o contrato social que funda o sistema representativo ao burocratizar-se e afastar-se das demandas sociais (GERBAUDO, 2012).

Nas eleições de 2018, a crise de representatividade política e sua marcada desconfiança com o sistema político se direcionou à ascensão da "nova direita" ao poder, esta que se apoia numa fragilidade do movimento contestatório de massas (EUZÉBIOS FILHO, 2018). Em meio a esta crise, aparentemente não há integração dos jovens ao circuito político e aos espaços coletivos participativos, algo que poderia ser efeito da relação desses jovens com o mundo e de seus níveis de conceituação desse mundo (TELLES, 2011).

Há algumas pesquisas (TAROUCO, MADEIRA, 2013; CODATO, BOLOGNESI, ROEDER, 2015) demonstrando não haver distinções muito significativas com relação aos posicionamentos de esquerda e de direita. A crise de representatividade política se dá em grande medida pela descrença existente de que os partidos políticos realizarão as demandas postas em seus planos de governo (TAROUCO; MADEIRA, 2013). Ademais, isso não significa que há uma reduzida quantidade de partidos políticos, pelo contrário, há muitos partidos políticos que tem se diferenciado mais com relação a determinadas preferências e especificidades políticas (TAROUCO; MADEIRA, 2013) do que com relação ao posicionamento ideológico esquerda-direita.

Florentino (2008) apresenta uma possibilidade de se pensar numa *alienação política* a partir do conceito central de alienação de Marx. Em suas palavras:

> [...] torna-se possível identificar uma alienação especificamente política, traduzida pelo desconhecimento e pela não-participação nas atividades políticas. O mundo da política se apresenta como afastado, inatingível; as regras sociais aparecem como algo externo, algo que se impõe às pessoas, e não como o fruto da interação de mulheres e homens na sociedade. (FLORENTINO, 2008, p. 211).

O distanciamento de jovens da atividade política (TELLES, 2011) não seria necessariamente uma consequência da incapacidade de conectar a atividade individual com a realidade social e econômica desses jovens, mas pode ser entendida também como uma ação social, e a aparente não-ação também seria considerada uma ação social, uma vez que esta seria

uma escolha dentre outras possibilidades. Ou seja, esse distanciamento pode estar relacionado a determinado posicionamento político produzido a partir dos limites que a política institucional da atualidade tem demonstrado em contexto de crise de representatividade política.

A ruptura da estrutura partidária possui papel fundamental na crise de representação (RICCI, 2009), tendo relação com a forma com que a estrutura do capital permeia o funcionamento dos partidos, dando abertura ao financiamento destes e abrindo margem ao descolamento dos valores que constituíam os partidos em seus respectivos inícios de surgimento. Nesse aspecto, a sociedade civil não se vê mais representada pela esquerda, que confundiu seus valores na manutenção do aparelho de Estado, "como se o Estado tivesse a mesma lógica de uma empresa" (RICCI, 2009, p. 8), enrijecendo sua abertura às demandas sociais, limitando sua atuação. Nas palavras deste mesmo autor: "O fato é que as ruas estão longe dos governos porque estão longe dos partidos políticos. A crise da esquerda europeia tem origem nesta dramática contradição" (p.7). Um fator relevante para se pensar a representatividade é o que esta ruptura dos partidos para com a população gera no pensamento coletivo.

Em pesquisa realizada por Telles (2011) acerca de jovens eleitores, a desconfiança frente ao sistema político é um fator determinante para a qualidade da representação política. Esse descolamento dos partidos para com a população afeta o campo de disputas políticas, impactando as maneiras como os movimentos sociais têm se reinventado. Tal ruptura permitiu uma aproximação outra das ruas com o fazer político, surgindo diversos movimentos não ligados a partidos políticos ou com a estrutura sindical. De acordo com Ali (2009, *apud* EUZÉBIOS FILHO, 2018, p. 161), "No lugar das estruturas formais do partido, setores da juventude são atraídos por movimentos voláteis, sem uma direção formal, que aparentemente flutuam sobre as demandas da estrutura econômica". É o que Ghon denominou de “novíssimos movimentos sociais”, como exemplo o MPL e o MBL.

Estes novíssimos movimentos sociais tem sido uma realidade no campo da esquerda e também da direita. Porém, seria ingenuidade pensar que estes movimentos não estão atrelados, em alguma medida, às estruturas centralizadas do poder. É claro, por exemplo, o vínculo do MPL com a esquerda e por outro lado do MBL com a direita - inclusive, neste caso, com partidos tradicionais do campo da direita. Estes novíssimos movimentos apresentam novidades do ponto de vista da estrutura de convocações e mobilizações que, propriamente, nos vínculos políticos que estabelecem. Criticam a estrutura centralizada dos partidos, mas se associam, muitas vezes, a eles e apoiam abertamente determinados candidatos nas eleições. Este é o exemplo do Vem Pra Rua, também citado por Ghon, que tem associação clara com um ator que vem se reorganizando no cenário nacional: a extrema direita.

MÉTODO

Nosso objetivo é compreender qualitativamente narrativas de jovens sobre o que pensam sobre política e ser de direita e esquerda nos dias atuais. Partimos de uma compreensão da consciência em seu acontecer histórico, considerando que seus movimentos são caracterizados pela articulação entre teoria e prática, em uma determinada conjuntura (FREITAS, 2002). Nosso olhar não esteve voltado para a quantidade de respostas e frequências, mas à processualidade e intensidade das informações.

PARTICIPANTES

Participaram deste estudo dez estudantes recém-ingressos de uma universidade pública da cidade de São Paulo, os quais mantemos contato cotidianamente. As principais características dos participantes foram divididas em dados pessoais (gênero, faixa etária e dados socioeconômicos).

Destes dados reconhecemos que se trata de uma população jovem, com idades entre 18 e 24 anos, um público de maioria feminina (seis em dez participantes), e no momento de aplicação do questionário não havia nenhum inscrito no mundo do trabalho. Desta última caracterização, temos que quatro deles se encontram como "desempregados", o que pode implicar num prévio ingresso ao mundo do trabalho, e seis deles como "dedicados somente ao estudo", o que indica provavelmente nenhum ingresso prévio no mundo do trabalho.
Temos que metade dos participantes possuem renda familiar acima de 5 salários-mínimos, sete deles possuem moradia própria e seis ingressaram na universidade através de cotas. Além disso, metade possui pais com ensino superior completo. Da outra metade dos participantes, três responderam que os pais possuem ensino médio completo, um respondeu que os pais possuem o ensino fundamental incompleto e um não respondeu nada. Denominamos com Sujeito (S) 1 a S10 para se referir aos participantes da pesquisa.

PROCEDIMENTOS DE COLETA

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da universidade em que foi realizada (No. CAAE: 0922318.2.0000.5561). A escolha de amostra se deu pela facilidade de contato com uma das turmas de um dos cursos da universidade. Foi realizado o contato com os alunos em sala de aula a respeito da pesquisa, foi explicado seus objetivos e métodos e foi informado que haveria um instrumento de pesquisa, em formato de questionário, que seria respondido por escrito, individualmente e de maneira confidencial. Foi perguntado à turma previamente quem haveria interesse em participar, e os interessados receberam as folhas do instrumento de pesquisa e termo de consentimento.

Foi solicitado os e-mails dos participantes para apresentá-los, ao fim da pesquisa, os resultados como uma forma de propor a reflexão sobre a própria realidade política que vivenciam. E após as respostas por escrito dos participantes concluídas e entregues, estes foram liberados da sala de aula.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Tratando-se de uma pesquisa com jovens, é importante ressaltar que, assim como Florentino (2008), não consideramos a juventude como categoria teórica. Por outro lado, é verdade que o uso desse termo é justificado se consideramos uma geração que vive um momento histórico semelhante. Porém, quando nos referimos aos jovens participantes desta pesquisa fazemos menção apenas à faixa etária entre 18 e 24 anos.

A construção desse instrumento de base qualitativa, com apresentações de questões abertas e dissertativas, representa um esforço teórico de sistematização de indicadores relacionados aos objetos de estudo (representação e participação política), suscitados por Aguillar (2015), por exemplo, em pesquisas sobre participação política e escolha eleitoral, por Cami-

no, Silvia e Souza (1998) em estudos sobre comportamento eleitoral e por Florentino (2008) em investigação sobre representação política e outros presentes na literatura especializada.

Para análise das informações, é importante ressaltar que o foco não será identificar aspectos de uma consciência individual, ou a soma de opiniões como quer a Psicologia tradicional (MARTÍN-BARÓ, 1997; 2000). Como afirma Martíns (2008), a consciência se manifesta pelo discurso, mas a linguagem é um fenômeno essencialmente social, constituído a partir da dialética singular-particular-universal.

Também consideramos que nosso desafio foi lidar com um fenômeno em movimento. Desse modo, reconhecemos limites da análise das informações sabendo que só será possível chegar a hipóteses parciais sobre o que pensam os jovens sobre participação e representação política. Com as informações, trazemos alguns elementos para o debate científico em torno de determinadas manifestações da consciência política.

Isto significa que, por meio dos procedimentos metodológicos adotados, propomos uma análise teórica dentro dos limites do momento empírico, buscando alcançar, contudo, generalizações que serão formuladas com base em aspectos particulares da realidade.

Os discursos/informações sobre determinados temas foram agrupados, em um primeiro momento, por similaridade de temáticas abordadas. O agrupamento destes discursos em temas permitiu a interpretação, teoricamente, das questões particulares dos nossos objetos de estudos. Ocupamo-nos em situar as análises nos pontos de aprofundamento teórico desse projeto, tomando como enfoque, por exemplo, a dialética da conscientização e conservadorismo. Estas interpretações foram possíveis de serem realizadas pela identificação de aspectos centrais e secundários dos discursos (JACQUES, 1993). A hierarquização do conteúdo não se deu apenas pela repetição das informações, mas pela relevância qualitativa que elas assumem na totalidade dos discursos dos participantes.

Sendo assim, chegamos a duas categorias de análise: (1) distinção clássica entre esquerda e direita, que reúne narrativas dos participantes que, de maneira geral, corroboram a definição ampla de campos políticos diferentes, direita e esquerda, como fez Bobbio – persistindo mesmo em um cenário de crise de representatividade; (2) decorrente desta distinção, surgiram narrativas que se referem aos atores da direita e esquerda – extraídos de uma leitura do contexto atual, que também apresenta focos de polarização entre os referidos campos políticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DIREITA E ESQUERDA: OS PRINCÍPIOS GERAIS DE CADA CAMPO POLÍTICO

Temos um conjunto de respostas que frisa a existente distinção entre esquerda e direita, o que aparece em 80% das respostas dos participantes. Algumas respostas afirmam existir uma polarização política, como afirma S10 ao dissertar que "na eleição passada tornou clara a polarização política no cenário brasileiro", demonstrando a importância do comportamento eleitoral para pensar a ideologia partidária (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

Numa direção semelhante, outros três participantes afirmam haver distinção entre os posicionamentos políticos, mas deixam alguma ressalva, como S2 aponta: "Na teoria política e nas campanhas eleitorais existem [diferenças], porém quando se exerce o poder diretamente vemos que a busca é só por interesses de grandes corporações e dos mais ricos, na maioria das vezes".

Neste caso, S2 externa um sentimento de desconfiança em relação ao processo eleitoral, e ao mesmo tempo não deixa de reconhecer diferenças entre posições políticas distintas, o que parece corroborar com a tese de Euzébios Filho (2018) de que vivemos um cenário de crise de representatividade, mas que comporta, paradoxalmente, focos de polarização.

O participante S3 reforça a ideia de que, no cenário atual, haveria alguma tendência às posições confluírem a interesses semelhantes, acabando por gerar alguma confusão entre os dois posicionamentos: "As pessoas ainda separam ideias e atitudes em esquerda e direita para ter parâmetros, embora esses extremos estejam cada vez mais misturados".

Ainda assim, a separação entre esquerda e direita elaborada na maioria das respostas da presente pesquisa corrobora com a diferença entre os posicionamentos ético-políticos proposta por Bobbio (1995), no entanto, a polarização se dá entre campos amplos de cada posicionamento e não entre extremos. A distinção entre os posicionamentos ideológicos ressoam mais frequentemente em análise de resultados eleitorais. Tarouco e Madeira (2013) discutem isso enquanto sendo um descompasso entre a validade persistente do uso da ideologia partidária e o que eles colocam como diagnóstico corrente de inconsistência ideológica dos partidos brasileiros. Ou seja, os partidos se adentrariam mais em temas específicos ao invés de se haverem nos apelos tipicamente ideológicos. Isso também se constata nas falas dos participantes da presente pesquisa devido aos argumentos apresentados nos questionários de que há diferença entre esquerda e direita tendo em vista as últimas eleições presidenciais.

Dos discursos que surgiram com relação ao que os participantes pensam ser o posicionamento político de direita, organizamos duas categorias que aparecem. Primeiro, temas relacionados à economia em mais da metade das respostas apresentadas, como exemplo o apontamento de S1 ao colocar que a direita é "poder econômico mais centrado aos que mais detém poder aquisitivo", o uso do termo "capitalismo" por S3 em sua descrição, o discurso de S4 ao apontar que direita é "Defender de forma mais conservadora politicamente e mais liberal a economia"; "apoiador do neoliberalismo" por S5, e o uso do termo "livre mercado" por S6 e S10. Outro tema que surge nas descrições do que é a direita pelos participantes tem a ver com a maneira como a direita vivencia o privado, tanto com relação à propriedade privada, tanto com relação ao valor moral de meritocracia, de que as conquistas pessoais se dão a partir de mérito próprio, sem levar em consideração a maneira coletiva e histórica da produção material.

Com relação ao setor privado, na maioria das respostas apresentadas aparecem temas relacionados. A saber, S2 coloca que a direita é "Prezar pelos interesses das camadas superiores da sociedade sobre os interesses das classes inferiores"; S6 aponta que seria "se preocupar com questões somente de cunho pessoal". S5 acrescenta que ser de direita é também "privatizações, crer que o setor privado é o caminho para as soluções sociais, mais-valia, lucro". S7 coloca que "é se preocupar com questões somente de cunho pessoal", S8 aponta "interesses das classes sociais mais altas devem ser prioridade sobre os demais interesses" e S10 utiliza o termo "meritocracia". Com relação à intervenção estatal, nessa mesma categorização do âmbito do privado e do público ao pensar o que representa a direita, S3 aponta que seria "menos poder do Estado sobre a vida das pessoas" e S9 coloca "menor intervenção estatal possível".

Dos discursos escritos pelos participantes acerca do que é ser de esquerda, as respostas dos participantes da presente pesquisa relacionam a esquerda com algumas questões de ordem social, se utilizando de termos que englobam a igualdade social, movimentos políticos

e o atendimento às necessidades populacionais. Isto nos remete à categorização proposta por Tarouco e Madeira (2013) em que a expansão do *Welfare State* estaria relacionada ao campo da esquerda. Por exemplo, S1 aponta que esquerda é "possuir visão mais aberta acerca de questões sociais e políticas", S4 coloca que é "ter mais políticas voltadas para a população", e numa direção semelhante S1 coloca que a esquerda possui "visão assistencialista" e S10 que é acreditar em "políticas de assistencialismo". Também aparece nas respostas o tema da igualdade salarial, como nos discursos de S6 e de S7. Outro ponto importante que aparece é a ideia de menor presença de ideais liberais.

No caso dessa pesquisa, aparecem temas relacionados aos campos privado e público, frisando que a esquerda teria uma acentuada presença estatal na vida da população, como aponta S1 ao colocar que a esquerda seria um "equilíbrio quanto à interferência de empresas no contexto político", e também S3 ao colocar que a esquerda teria maior inclinação "ao controle do Estado sobre a economia e a política", S4 ao colocar "maior intervenção estatal na economia", e numa linha muito semelhante S6 coloca "crer que o Estado deve gerir a política, economia e sociedade". S8 coloca que "é acreditar que os interesses das classes sociais mais básicos devem ser prioridade sobre os demais interesses", em que compreendemos do recorte "interesses das classes sociais mais básicos devem ser prioridade" como sendo prioridade a garantia de direitos fundamentais de dignidade humana enquanto política da esquerda. No entanto, é importante frisar que o apoio ou não ao protecionismo não é necessariamente um traço que distingue a direita da esquerda, tendo em vista, por exemplo, a política protecionista durante os governos da ditadura militar brasileira (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

Os presentes dados sobre o que é ser de esquerda e de direita hoje nos levam a relacionar a esquerda como sendo aquela que apoia o Estado forte e a direita como privatista, ou seja, com princípios neoliberais mais demarcados (MESSENBERG, 2017). Tal critério econômico é dominante na ciência política para a identificação ideológica (DOWNS, 1999 *apud* TAROUCO; MADEIRA, 2013), no entanto, o grau de intervenção estatal não distingue a intervenção redistributiva da intervenção "pró-capital" (TAROUCO; MADEIRA, 2013), em que o fim último da intervenção ou não intervenção se valha da amplitude do capital. Um exemplo disso são as políticas neoliberais realizadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) como maneira de administrar as crises a partir das derrotas nas urnas de 1994 e 1998, momento este de redefinição das prioridades do partido, que passou de um programa democrático-popular para a aplicação de um projeto desenvolvimentista neoliberal (SINGER, 2013; CARVALHO, 2016).

A trajetória recente do PT – assim como de outros partidos trabalhistas – vem contribuindo certamente para confusão entre campos ideológicos, uma vez que um partido alocado no imaginário do campo da esquerda apresenta, na prática, uma inversão programática. O próprio fenômeno do Lulismo, como apontou André Singer (2013), é resultado concreto do projeto de conciliação de classes – ou como afirma o autor, de conciliação de neoliberalismo com desenvolvimentismo.

Ainda que haja esta confusão, a maioria das respostas dos participantes demonstra que ainda persiste uma clara diferenciação entre amplos campos polarizados, sem que seja explicitamente levado em conta os posicionamentos extremistas. Como coloca Bobbio (1995), o campo da esquerda estaria inclinado à busca pela igualdade, e a direita, pela liberdade econômica. Dessa maneira, os resultados da presente pesquisa corroboram com a afirmação realizada anteriormente de que mesmo não sendo sempre antagônicos na prática - como nos

revela os governos petistas, assim como outros - os posicionamentos da direita e esquerda são analisados como dois polos amplos distintos. Contradiz apenas em certa medida com alguns estudos que afirmam que não haja mais sentido pensar numa diferenciação entre esquerda e direita (FREITAS, 2014).

OS ATORES DA DIREITA E DA ESQUERDA

Com relação às instituições/entidades ou movimentos citados pelos participantes que se relacione com cada campo, há uma corroboração teórica entre o que foi citado e o respectivo campo. No campo da esquerda, as siglas mais citadas são do MST que surge em 70% das respostas, e o PT (40%) e MTST (40%). Enquanto que no campo da direita, as siglas mais citadas são do MBL (Movimento Brasil Livre) em 60% das respostas, e o PSL (Partido Social Liberal) em 40% das respostas.

Compreende-se o MST como um movimento de massas vinculado ao campo da esquerda, e que possui como pauta principal a reforma agrária (GOHN, 1999). Além disso, também pautam sua luta em torno da superação das desigualdades e a exclusão social, tal qual o MTST vinculado à questão de ordem constitucional ao priorizar uma vida digna, o enfoque classista ao considerar o modelo capitalista como grande causa das desigualdades e o socialismo como horizonte de luta. O PT é classificado como partido do campo da esquerda apesar de seu percurso histórico de afastamento de uma democracia socialista, mas que segue defendendo o *Welfare State*, regulação do mercado, planejamento econômico e economia controlada (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

O MBL é um movimento de perfil político contraditório, havendo uma mistura de ideias liberais e neoconservadoras. Ou seja, defende o livre mercado, é antiestatista (no campo da economia e da sociedade) e, ao mesmo tempo, "*é contra vários direitos sociais e culturais modernos"* (GOHN, 2017). O PSL também está vinculado ao campo da direita, como aponta Tarouco e Madeira (2013) ao estar incluso nas categorias indicativas de menções positivas às forças armadas, livre iniciativa, ortodoxia econômica e limitação do *Welfare State*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constituem-se critérios importantes para definição ampla dos campos da esquerda e direita: (1) econômicos, de permanência ou superação da desigualdade social entre pobres e ricos - não necessariamente entre classes sociais antagônicas; (2) a preservação ou enfraquecimento de pautas identificadas como direitos humanos; (3) fortalecimento ou não de políticas sociais; (4) papel do setor privado e do Estado na economia e na regulação de direitos sociais.

Os participantes de maneira geral identificam distintos elementos ideológicos que explicitam fronteiras entre ser de direita e ser de esquerda. Dos critérios econômicos, os jovens desta pesquisa caracterizam como sendo de esquerda as políticas que priorizam maior presença estatal na economia, enquanto que no campo da direita haveria uma reduzida presença estatal nessas políticas. No tema relacionado à preservação dos direitos, temos que no campo da esquerda há uma priorização de políticas que possuem como horizonte a igualdade social frente à concentração de riqueza, enquanto que no campo da direita a propriedade privada é absoluta prioridade. Além disso, a direita teria um destaque no apoio às políticas neoliberais,

podendo haver a privatização de empresas estatais. Temos, portanto, distintas perspectivas ético-políticas apresentadas pelos jovens desta pesquisa, correspondendo às caracterizações amplas de Norberto Bobbio.

Com relação às instituições sociais, movimentos e/ou entidades mais citadas para cada campo, percebemos que foram postas três entidades no campo da esquerda - entidades estas que possuem distintas atuações e propostas políticas apesar de pertencerem ao mesmo campo, a saber, MST e MTST possuem uma perspectiva mais próxima de uma esquerda socialista, enquanto que o PT se aproxima de uma esquerda democrática (CARVALHO, 2016). Ainda assim, são colocadas no mesmo campo ético-político por aparecerem publicamente como aliados.

Por outro lado, MBL e PSL também aparecem como os representantes mais citados pelos participantes – talvez por se constituírem, no último período, como dois movimentos/instituições que polarizaram com a esquerda democrática, também no campo do debate público e eleitoral. São também atores que tem levado uma quantidade significativa de pessoas para as ruas: nos movimentos contrários e a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, por exemplo (GHON, 2017).

Mesmo em cenário de crise de representatividade política, o estudo teórico e a análise dos resultados da presente pesquisa sugerem haver uma diferença entre os campos da esquerda e da direita, semelhante ao que foi caracterizado por Bobbio (1995). No entanto, a não emergência de temas que fragmentam cada um desses campos, nem com relação aos seus extremos, diz respeito ao momento histórico atual.

THE LEFT AND THE RIGHT TODAY: THE POLITICS THROUGH THE VISION OF NEW COLLEGE STUDENTS

Abstract: *this is a qualitative research conducted with young college students, and investigates what they think about politics and what they meant by left and right - what would be the institutions and/or movements that would characterize the political fields, or simply if there is antagonism. We use Marx's concepts of politics and class consciousness to analyze the information obtained. From the theoretical interpretation, we have that the notions of right and left indicated, in general, guiding principles of certain political subjectivities. Even in a scenario of crisis of representativeness, especially among young people, the left and right referentials remain with clear boundaries between them. The opposition manifested itself by the rivalry of certain parties and social movements: MBLxMTST, PTxPSDB/PSL. We conclude that for this specific audience, left and right appeared as opposing fields in the national political debate, but its characterization does not necessarily refer to notions as social class.*

Keywords: *Youth. Politics. Consciousness. Ideology.*

Referências

AGUILLAR, Jeannette. Elleciones 2015: ruptura institucional e desafección política. *Estudos Centro Americanos*, v. 70, n. 740, p. 45-60, 2015.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: editora UNESP, 1995.

CAMINO, Leoncio.; COSTA Joseli Bastos da. Participação Política do Adolescente: Indicação de uma Abordagem Psico-Social a Partir da Noção de Identidade. *Temas psico*, v. 2, n. 1, p. 1-16, 1994.

CAMINO, Leoncio; SILVA, Eleneide A. da; SOUZA, Sânzia M. de. Primeiros passos para a elaboração de um Modelo Psicossociológico do Comportamento Eleitoral: estudo dos eleitores de João Pessoa na campanha de 1992. *Estud. psicol. (Natal)* [online]., v. 3, n. 1, p. 7-32, 1998.

CARVALHO, Guilherme Augusto Batista. A esquerda aceitável: a transição do PT para o reformismo no contexto das eleições de 1994, 1998 e 2002. *Global Journal of Human Social Science*, v. 16, n. 2, p. 19-33, 2016.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina M. *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro.* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 115-144.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

EUZÉBIOS FILHO, Antônio. "Voto sim pela minha família!": Psicologia social e a conjuntura atual no Brasil. *In*: TOASSA, Gisele; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; RODRIGUES, Divino de Jesus da Silva. *Psicologia sociohistórica e desigualdade social:* do pensamento a práxis. Ed. Imprensa Universitária, 2019. p. 89-107.

EUZEBIOS FILHO, Antônio; GUZZO, Raquel Souza Lobo. A conjuntura após junho de 2013: olhares cruzados sobre participação política e resistência. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 159-168, ago. 2018.

FLORENTINO, Renata. Democracia liberal: uma novidade já desbotada entre os jovens. *Opinião Pública*, v. 14, n.1, p. 205-235, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia:* saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Maria Thereza de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cad. Pesqui*, n. 116, p. 21-39, 2002.

FREITAS, Marcel de Almeida. A esquerda brasileira em tempos neoliberais. *Revista de Ciência Política,* Rio de Janeiro, v. 17, 2004.

GERBAUDO, Paolo. 'Follow me, but don't ask me to lead you!': Liquid Organising and Choreogaphic Leadership. *In*: GERBAUDO, Paolo. *Tweets and the streets: social media and contemporary activism*. London: Pluto Press, 2012. p. 134-158.

GOHN, Maria da Glória. A formação dos cidadãos nos cursos do MST. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 1 e 2, p. 144-189, jul./dez. 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil:* correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

IASI, Mauro. *As Metamorfoses da Consciência de Classe:* entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JACQUES, Maria da Graça Correa. Um método dialético de análise de conteúdo. *Revista Psico*., v. 24, v. 2, p. 34-52, 1993.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia,* Natal, v. 2, n. 1, 1996.

MARTÍNS, Lígia Márcia. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico e dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. Anais da 29ª. Reunião Anual da ANPEd. Caxambu, 2006.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano. *Práxis*, Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, n. 5, out./dez. 1844/1995.

MESSENBERG, Debora. O Paradoxo da Democracia. A participação Política dos Alunos da Universidade de Brasília. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. e1-e23, jan./mar. 2015.

RICCI, Rudá. Identidades de esquerda. O que é ser de esquerda no século XXI? *REA*, n. 99, p. 5-12, 2009.

ROMÃO, Wagner de Melo. As manifestações de junho e os desafios à participação institucional. In *Boletim de análises institucionais*, IPEA, n. 9, p. 11-20, 2013.

SILVA, Maria Fernanda da.; BERTOLDO, Edna. O Conceito de Política em Marx: Análise de Obras de 1843 a 1871. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, Ano 3, n. 3, dez. 2011.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 93-114, maio-ago. 2013.

TELLES, Helcimara. Jovens Eleitores: Decifra-me ou te devoro. *Debate*, Belo Horizonte, v. 2, n. 11, p. 22-27, nov. 2011.

TONET, Ivo. *Educação e emancipação humana*. Ijuí, RS: Unijuí, 2005.